

**Projeto: CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA - Apoio ao desenvolvimento de capacidades na gestão pedagógica dos centros escolares da Missão Católica de Bafatá**



**Curso III: Competências transversais na docência: escola, família e sociedade**

## **MANUAL DE FORMAÇÃO**

### **MÓDULO V - A AÇÃO DO CORPO DOCENTE NO ENVOLVIMENTO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA**

**Maria Teresa Santos**

**Parceiros:**



**Entidades Colaboradoras:**



**Cofinanciador:**



## **MANUAL DE FORMAÇÃO**

### **MÓDULO V - A AÇÃO DO CORPO DOCENTE NO ENVOLVIMENTO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA**

#### **Ficha Técnica**

Título: A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na escola

Autor: Maria Teresa Santos

1ª Edição: 2022

Design Editorial: SOLSEF – Sol sem Fronteiras

Design da Capa: Maria Teresa Santos

Editora: SOLSEF – Sol sem Fronteiras

<b>Índice</b>	<b>Página</b>
Nota Introdutória	3
Capítulo 5. A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na Escola	4
5.1. Conteúdos Programáticos	4
5.2. Objetivos	5
5.3. Relação Escola-Família	6
5.3.1. Para uma clarificação de conceitos	8
5.3.2. Gestão de conflitos	11
5.3.3. Estratégias e recursos locais de promoção da relação escola-família	12
5.4. Comunicação com os encarregados de educação	14
5.4.1. Competências gerais de comunicação	15
5.4.2. Formas de comunicação: Oralidade e escrita	16
5.4.3. Processo comunicacional: Explorar, focalizar, planear e rever	19
5.5. Participação dos encarregados de educação na Escola	21
5.5.1. Tipos de participação das famílias na Escola	22
5.5.2. Órgãos de participação da família na Escola	24
5.5.3. Ferramentas para a regulação e articulação dos Órgãos de participação da família na Escola	26
5.5.4. Exemplos de boas práticas da participação dos encarregados de educação na Escola	29
5.6. Reflexões Finais	32
5.7. Instrumento de testagem de conhecimentos	33
Referências Bibliográficas	34

### **Nota Introdutória**

O 5º capítulo é dedicado ao tema do módulo V “A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na Escola”, explorando-se a relação entre a Escola e a Família nas diversas modalidades, as questões da interação e comunicação nas suas múltiplas formas, os mecanismos de representatividade e estratégias de envolvimento e participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar.

O papel dos educadores/professores é neste processo considerado fulcral, enquadrando-se a sua ação como agentes de mudança e co-construtores de uma escola que evolua no sentido de uma “Comunidade de Aprendizagem”.

A fundamentação teórica tem por base o conhecimento empírico validado pela pesquisa científica internacional e oferece sugestões para a prática e reflexão sobre essa prática, devidamente situada no contexto de formação dos centros escolares da Missão Católica de Bafatá.

Dá-se por terminado o capítulo com as reflexões finais, o pré-teste de conhecimentos e a grelha de correção, as referências bibliográficas e outros recursos.

## **Capítulo 5. A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na Escola**

O 5º capítulo está organizado em torno do programa do **módulo V - A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na Escola** (25h = 12,5h regime presencial e 12,5h em trabalho autónomo). Tal como nos outros capítulos, transcrevem-se os conteúdos e objetivos (pontos 5.1. e 5.2.) a partir dos quais se estrutura a informação teórica e as atividades de reflexão individual e grupal.

### **5.1. Conteúdos Programáticos**

#### **Módulo V: A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na Escola**

1. Relação Escola-Família:
  - a. Conceitos de aliança, coligação, parceria, trabalho em rede e trabalho colaborativo;
  - b. Gestão de conflitos;
  - c. Estratégias e recursos locais de promoção da relação escola-família.
2. Comunicação com os encarregados de educação:
  - a. Competências gerais de comunicação;
  - b. Formas de comunicação: Oralidade e escrita;
  - c. Processo comunicacional: Explorar, focalizar, planear e rever.
3. Participação dos encarregados de educação na Escola:
  - a. Tipos de participação das famílias na Escola:
    - Informativa;
    - Consultiva;
    - Decisiva;
    - Avaliativa;
    - Educativa.
  - b. Órgãos de participação da família na Escola (definição, composição, competências e funcionamento):
    - Conselho de Turma;
    - Associação de Pais e Encarregados de Educação.
  - c. Ferramentas para a regulação e articulação dos Órgãos de participação da família na Escola.
  - d. Exemplos de boas práticas da participação dos encarregados de educação na Escola.

## 5.2. Objetivos

Pretende-se que os formandos venham a:

- Legitimar a importância do envolvimento dos encarregados de educação na Escola;
- Conhecer diferentes possibilidades de relacionamento entre a Escola e a Família;
- Saber aplicar estratégias comunicacionais e de gestão de conflitos na relação com as famílias;
- Favorecer o desenvolvimento de competências e conhecimentos no domínio do trabalho do corpo docente junto dos encarregados de educação;
- Compreender o efeito das expectativas dos docentes no que respeita à participação da família na escola;
- Identificar diferentes tipos de participação dos encarregados de educação na Escola;
- Analisar os órgãos de participação da família na escola, as respetivas competências e o seu funcionamento;
- Conceber ferramentas de regulação e articulação dos Órgãos de participação da família na Escola;
- Conhecer exemplos de boas práticas da participação dos encarregados de educação na Escola.

### 5.3. Relação Escola-Família

A iniciação ao módulo V dá-se com a apresentação do respetivo programa, seguindo-se a resposta dos formandos ao pré-teste de conhecimentos (ver página 33). Propõe-se então a realização da atividade 1, que na continuidade da última atividade do módulo IV (Atividade 4 - Capacitar a família para uma parentalidade positiva), apresenta as propostas dos vários grupos e abre o caminho para a partilha de conhecimentos e experiências, sobre os quais se pretende problematizar e refletir com base em dados da investigação e no quadro legislativo.



**Para fazer e pensar em conjunto...**

#### **Atividade 1 - A minha experiência na relação com as famílias...**

1. Apresentação e análise das propostas dos vários grupos, relativas à última atividade do módulo IV (Atividade 4 - Capacitar a família para uma parentalidade positiva);
2. Reflexões gerais sobre o seu significado e eventual impacto nas famílias e na relação com a Escola.
3. Em pequeno grupo cada um vai partilhar a sua experiência de interação com as famílias dos seus alunos:
  - Que tipo de contactos/encontros/reuniões tem?
  - Decorrem presencialmente ou por outras vias?
  - Que assuntos são tratados?
  - Com que frequência?
  - Qual a tonalidade dessa comunicação (amistosa/tensa; agradável/desagradável)?
4. Registam uma síntese dos dados partilhados e as conclusões a que chegaram;
5. Partilha e debate em grande grupo.



**Para uma sistematização teórica...**

A importância das relações entre a escola e a família e a necessária aproximação de ambas parece ser hoje incontestável. Contudo, sabemos que nem sempre esta relação é fácil e que existem perceções muito distintas por parte dos professores e dos pais/encarregados de educação a propósito do seu envolvimento e participação na vida escolar dos filhos.

Em Portugal, a primeira legislação sobre o reconhecimento do associativismo parental data de 1977, mas o quadro legislativo foi sendo sucessivamente reformulado em função das várias

reformas educativas e, muito particularmente, a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo Português datada de 1986 (Lei n.º 46/86).

Aliás, a década de 80 do século XX foi muito influenciada pelos primeiros estudos exploratórios sobre a participação e envolvimento dos pais nas escolas portuguesas, coordenados por Don Davies (1989). Foi evidente à época a fraca participação e a ausência de voz das famílias nos contextos escolares, bem como um clima de desconfiança entre pais e docentes, com exceção da relação e envolvimento entre pais e educadores de infância.

Estes estudos pioneiros contribuíram para o desenhar de políticas educativas que possibilitaram um progressivo aumento da participação e colaboração das famílias na vida escolar dos seus filhos (Marques, 2002; Martins & Sarmiento, 2013). Tais investigações não deixavam dúvidas sobre os benefícios para todos os envolvidos – alunos, professores e pais, acentuando o que Ramiro Marques (s.d.) descreve como “a retórica dos benefícios do envolvimento parental nas escolas”.

Na década seguinte surgem perspetivas críticas sobre este discurso que focam a sua atenção em eventuais efeitos perversos desse envolvimento parental, muito especialmente, porque se foram verificando vários mecanismos de apropriação do espaço de decisão e influência, por parte de famílias de classe média e alta, com elevada escolaridade, como consequência da sua crescente participação nos vários órgãos de gestão. Uma tal apropriação seria, segundo alguns autores, desfavorável a famílias de classes populares, mais afastadas da cultura da escola e constituiria, assim, um fator de manutenção das desigualdades escolares (Marques, s.d.).

Marques (s.d., p. 3) revela que:

Alguns estudos mostraram mesmo que as classes média e alta controlavam uma parte significativa das associações de pais e usavam, em alguns casos, o poder de participação na tomada de decisões a favor dos seus próprios filhos, ajudando a moldar a estrutura e as práticas (...), no sentido de manter as desigualdades escolares (Silva, 2003). Outros estudos mostraram que nem todas as práticas de envolvimento parental nas escolas produziam efeitos positivos no desempenho escolar dos alunos (Marques, 1998). Por exemplo, as práticas de envolvimento parental do tipo “participação na tomada de decisões” têm um impacto reduzido na melhoria do desempenho dos alunos, até porque as famílias dos alunos oriundos de famílias afastadas da cultura escolar participam pouco nos processos deliberativos (Marques, 1998).



Enquanto profissionais de educação devemos estar atentos a estas “armadilhas”, exercendo um sentido crítico e reflexivo perante as nossas práticas quotidianas. Quando a escola e os docentes se assumem como agentes de desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos, criam oportunidades para a relação com todas as famílias, independentemente das suas condições económicas, sociais, culturais.

Se entendermos a escola como um lugar privilegiado para a aprendizagem e o exercício da cidadania, então poderemos estreitar os laços com a família e a comunidade e como afirmam Martins e Sarmento (2013, p. 170):

Desta forma, estas ligações, enquanto janelas para a construção de uma sociedade que garanta o espaço e dê voz a todos os seus cidadãos, consubstanciam o desenvolvimento e a existência de “comunidades cidadãs”, capazes de acolher, respeitar e valorizar a sua realidade multicultural, bem como uma “escola cidadã”, que promova a construção da cidadania de todos os que nela vivem ou com ela se relacionam.

É esta premissa da construção de comunidades que aprendem, intervêm e se desenvolvem em conjunto com vista ao *bom viver* (“Buen Vivir”, in Acosta, s.d.) que aqui se defende. Viver bem em comunidade, reduzindo as assimetrias de poder entre profissionais e famílias é empoderá-las e gerar um clima de satisfação individual e coletiva, propício à ativação de soluções criativas para os problemas do dia a dia.

### **5.3.1. Para uma clarificação de conceitos**

A escola e a família partilham um objetivo comum que é o de educar as crianças de uma dada sociedade. Ainda que possam ter visões distintas sobre o que fazer e como fazer, necessitam de convergir nas suas posições a bem da criança e do seu desenvolvimento.

A criança não é da família, nem da escola, é um ser com personalidade própria, a quem são reconhecidos direitos e é na defesa desses direitos que a escola e a família têm o dever de atuar de forma consistente e articulada.

Esta convergência pode assumir diferentes formatos, traduzida por terminologia diversa que, por sua vez, corresponde a um dado conceito, como a seguir se explicará:

- **Aliança**

Os significados de aliança remetem para união ou laços entre pessoas ou entidades que estabelecem acordos com vantagens mútuas.

- **Coligação**

Considerada sinónimo de aliança é um termo mais utilizado na esfera política partidária e também pode encerrar um sentido menos positivo como o de conluio ou trama.

- **Parceria**

Este é o termo mais frequente quando se fala de relações entre a escola, a família e a comunidade e corresponde no plano educacional a um acordo entre pessoas e/ou grupos que têm objetivos comuns, partilham responsabilidades e se relacionam de forma respeitosa.

A propósito deste conceito, Mata e Pedro (2021, p.24) sinalizam que:

As parcerias são definidas por Kaiser e Stainbrook (2010) como interações mútuas de suporte entre famílias e profissionais que se focam em corresponder às necessidades das crianças e famílias, com competência, compromisso, comunicação positiva e confiança. (...) Uma conceção de participação das famílias numa lógica de parceria é holística e foca-se não exclusivamente em atividades a desenvolver, como era característico das conceções tradicionais de envolvimento dos pais, mas nas relações estabelecidas entre os parceiros, já que estas determinam o sucesso na construção de uma parceria (Nitecki, 2015).

- **Envolvimento Parental**

Este é outro dos conceitos frequentemente abordado e amplamente reportado na investigação educacional, quando se trata do tema da relação entre a família e a escola. Entende-se o envolvimento parental “como um conjunto de comportamentos e atitudes dos pais, através dos quais estes mobilizam e disponibilizam aos filhos recursos educativos, em domínios específicos” (Grolnick & Slowiaczek, 1994, citado por Mata & Pedro, 2021, p.12).

- **Trabalho colaborativo**

Trabalhar colaborativamente exige um trabalho pensado em conjunto numa base relacional que é mais simétrica e igualitária do que, por exemplo, no trabalho

cooperativo em que há frequentemente uma hierarquia e liderança que distribui as tarefas pelos membros do grupo.

Na colaboração há um questionamento, maior comunicação, negociação e tomada de decisões em conjunto (Silva, s.d.).

- **Trabalho em Rede**

O termo rede remete para algo que necessita de ser entrelaçado para ganhar corpo. Ainda que a internet tenha vindo acrescentar outros sentidos, o trabalho em rede é particularmente relevante no âmbito da capacitação e desenvolvimento de uma dada comunidade. Como nos diz Oscar Jara (s.d., p.2) o trabalho em rede “*é uma forma de fazer as coisas, que supõe ir “tecendo” relações, aprendizagens, cumplicidades, ir avançando “de nó em nó” até termos construído um espaço comum, aberto e diversificado, onde se podem ir acrescentando novas iniciativas, propostas e empenhamentos.*”

Em síntese, diríamos que é importante que a escola, através dos seus profissionais, saiba envolver todas as famílias a um nível mais aprofundado, numa participação que se quer colaborativa, tecendo parcerias e redes capazes de dinâmicas criativas e promotoras do desenvolvimento comunitário. Neste pressuposto, a escola pode assumir um papel transformador da realidade sociocultural envolvente.



**Para fazer e pensar em conjunto...**

<b>Atividade 2 - Comunicar com a família - prevenir e gerir conflitos...</b>
--

- |   |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. Propor pequenos exercícios de <i>role-playing</i> (desempenho de papéis enquanto docentes e encarregados de educação) que exemplifiquem formas de comunicação oral tidas normalmente entre docentes e pais;</li><li>2. Os que ficam de fora, observam e registam o que acham bem e mal na situação simulada;</li><li>3. No final de cada exercício, procede-se à análise e reflexão em grande grupo com base no observado (e.g., aspetos da comunicação oral, gestual, corporal; aspetos do conteúdo e contexto, etc...) e na experiência de cada um;</li><li>4. Em grande grupo, refletir sobre as situações de conflito que se geram habitualmente na interação com os pais/encarregados de educação e apresentar ideias para a prevenção e gestão desses conflitos;</li><li>5. Sistematização e reflexões finais.</li></ol> |
|---|



Para uma sistematização teórica...

### 5.3.2. Gestão de conflitos

O conflito faz parte da vida e não resulta apenas das interações com os outros (conflito interpessoal). Cada um de nós é confrontado com inúmeros conflitos internos (conflito intrapessoal) perante situações em que é necessário ponderar sobre atitudes e comportamentos ou tomar decisões e fazer escolhas, seja na vida pessoal, familiar ou profissional.

O termo conflito é interpretado frequentemente como algo de negativo e a evitar. Na realidade há conflitos que têm efeitos destrutivos para as pessoas e as organizações (conflito organizacional) e que consomem demasiada energia individual e grupal, que o melhor será “fugir” ou terminar esses relacionamentos (Fachada, 2018).

Contudo, as posições conflituais e divergentes face a determinadas ideias e problemas, podem também ser geradoras de ideias inovadoras e alternativas. Se entendermos o conflito nesta ótica, como algo que pode criar algum “sobressalto” ou “desconforto”, mas a partir do qual se pode construir melhores soluções para os indivíduos e organizações, as consequências tenderão a ser benéficas e mais equilibradas.

Assim, a gestão dos conflitos é essencial para o equilíbrio que se pretende atingir nas relações entre a escola e a família. As diferentes perspetivas de educadores/professores e pais/encarregados de educação devem ser encaradas com naturalidade e quando conflituosas, há que fazer uso de diferentes estratégias de resolução desse conflito que dependem do grau que o mesmo atingiu ou está prestes a atingir.

De entre as estratégias possíveis, temos: **Prevenção, Evitamento, Desativação, Enfrentamento** (ganhar-perder; perder-perder; ganhar-ganhar) (Fachada, 2018).

**Prevenção** – o sujeito está atento ao que se passa e usa a comunicação para inibir eventuais conflitos.

**Evitamento** – fugir da situação; refugiar-se noutras tarefas; mudar de assunto; acomodar-se; distrair os outros.

**Desativação** – tentar parar a situação; acalmar ânimos; ganhar tempo.

**Enfrentamento** – confrontar a situação, podendo usar três formas:

- **Ganhar-Perder** – no fundo resulta numa batalha em que para eu ganhar tu tens que perder e faço uso do meu poder para que isso aconteça. O importante são os meus interesses e não os do outro.
- **Perder-Perder** – cada interlocutor insiste na sua perspectiva e não quer que o outro ganhe.
- **Ganhar-Ganhar** – as partes tentam encontrar pontos de convergência e compreender as diferenças de forma a encontrarem uma solução satisfatória para ambas.

Utilizar a melhor estratégia face a uma circunstância específica nem sempre é fácil quando estamos emocionalmente envolvidos e, por isso, torna-se fundamental diagnosticar a natureza do conflito. Como e quando surgiu? Que fatores influenciaram? Como é que eu reagi? Que efeito teve a reação do outro em mim? Podem ser algumas das questões que ajudarão a tomar consciência do que o provocou.

Após esta etapa, seguramente que o enfrentar a situação na modalidade de “ganhar-ganhar” oferece-se como a via mais adequada para o diálogo e a resolução conjunta do problema, aprofundando-se o nível de negociação interpessoal.

No âmbito do **modelo dialógico** de prevenção e resolução de conflitos (CREA, 2020d, p.8) afirma-se que:

A promoção de espaços de diálogo previne o conflito. O envolvimento de toda a comunidade é necessário, para que todas as opiniões sobre as causas e origens do conflito, bem como as soluções, sejam escutadas e tomadas em consideração, enquanto o conflito ainda está latente.

Conclui-se que a comunicação é a via para a regulação no relacionamento interpessoal e melhoria da convivência entre as partes envolvidas.

### **5.3.3. Estratégias e recursos locais de promoção da relação escola-família**

A promoção das relações entre a escola e a família não deve apenas ser feita para cumprir requisitos formais ou porque a legislação e a administração central do sistema educativo o recomendam. O foco destas relações tem que ser a criança-aluno(a) e a defesa das suas necessidades e interesses, tomando consciência de que cada criança não é uma entidade abstrata, mas que transporta consigo uma identidade pessoal e social singulares.

Assim, a relação entre estes dois contextos de vida tão relevantes como a família e a escola requerem da parte dos educadores/professores e dos encarregados de educação uma perceção positiva do respetivo papel, valor e respeito mútuo.

Para que esta valorização ocorra é fundamental conhecer o outro e dar-se a conhecer, derrubar eventuais barreiras comunicacionais e culturais, ser flexível e estar aberto à aprendizagem e partilha de saberes, ser sensível às necessidades dos envolvidos na relação.

Quando a escola serve uma população vulnerável, com baixa escolaridade, poucos recursos, em situação de pobreza, não pode ficar indiferente a essa realidade e é no estabelecimento de parcerias com organismos, entidades e personalidades locais, regionais, nacionais e até internacionais, que pode construir o trabalho em rede que permitirá encontrar soluções para os problemas dessa comunidade.

A organização de eventos e elaboração de projetos nos quais as famílias tenham voz e possam exprimir as suas dúvidas, preocupações e mostrar o seu saber, serão seguramente mobilizadores das competências e motivação de todos (Mata & Pedro, 2021).

As famílias têm que sentir que são bem-vindas à escola, que aquilo que delas se espera é possível e realizável e que têm capacidade para desempenhar essa tarefa.

O discurso de um encarregado de educação, reportado por Benavente et al. (1987, pp.43-44) vai precisamente nesta linha :

“Conheço muito pouco da escola. Se quer que lhe diga nem sei o que lá vai bem ou mal. Acho diferente do meu tempo. Menos exigência com as crianças, obrigam-nos menos que nós eramos obrigados. Há mais liberdade. Isto é o que me parece. Não que eu lá vá, mas pelo que oiço dizer e vejo com o meu filho.

Se um dia me pedissem colaboração, isso dava. Mas colaborar em quê? Que sabe a gente para ajudar na escola?”

Segundo Mata e Pedro (2021, p.29) se queremos que os pais participem, se envolvam e colaborem, as escolas devem assumir-se como “amigas das famílias” nas quais “o ambiente é familiar, relaxante e funcional, promovendo o sentido de pertença”.

Tais escolas atendem não só aos aspetos do “**ambiente físico**”, a sua funcionalidade e estética, de modo a torná-lo agradável e acolhedor, mas também aos “**comportamentos/interações**” de todos os que trabalham na escola com as famílias e de como esses contactos, quando positivos, podem ser facilitadores da ligação ao centro educativo (Mata & Pedro, 2021, pp. 29-30).

#### 5.4. Comunicação com os encarregados de educação

Muitos pais tiveram experiências negativas quando frequentaram a escola e o facto de serem solicitados a colaborar com essa mesma escola na educação dos seus filhos pode reavivar essas memórias de infância e interferir nessa relação e no processo comunicacional.

Vejamos o seguinte testemunho de um pai, relatado por Benavente et al. (1987, p.43):

“Quando comecei a ouvir o que a professora dizia sobre o meu filho até me senti mal. Não que alguma dessas coisas fosse surpresa para mim. Eu já sabia que ele ia mal em tudo e que o mais provável era chumbar, mas não sei o que se passou. Quando a ouvi desatei a suar. Ela até reparou. Saí de lá com a camisa toda encharcada, um grande nó na garganta. Acho que foi todo o tempo de opressão que eu vivi enquanto aluno, que veio ao de cima sem eu dar por isso: os castigos que sofri, as más notas, o modo como o meu pai reagia comigo, tudo isso.

Acho que o miúdo tem feito esforço e merecia passar. Mas não foi por isso que me custou mais. Não sei explicar. Saí de lá humilhado.”

A dimensão da comunicação entre a escola e a família é crucial para um relacionamento saudável de ambos os interlocutores.

Sabemos pela investigação que, normalmente, são mais frequentes as trocas comunicacionais quando as crianças estão no jardim de infância e nos primeiros anos de escolaridade e que à medida que se sobe no nível escolar, o próprio aluno desempenha um papel de mediador entre a escola e a família. Ele é simultaneamente o **mensageiro e a mensagem**, o que pode arbitrar, filtrar e controlar os discursos, o **“go-between”** escola-casa, de que nos fala Perrenoud (1995).

Como desenvolvemos no 1º capítulo deste manual, a comunicação para ser eficaz implica disponibilidade, reciprocidade e partilha de informação em formatos compreensíveis para os interlocutores envolvidos.

#### 5.4.1. Competências gerais de comunicação

As competências comunicacionais de que se falou no 1º capítulo são igualmente aplicáveis na interação com as famílias.

É na medida em que eu valorizo o que o outro tem para dizer, seja por palavras ou ações, que o coloco numa situação mais confortável para a troca comunicativa. Partilhar informação e trabalhar em conjunto fortalece a interação e a confiança recíproca e aumenta o desejo de comunicar.

Por conseguinte, os profissionais não se devem restringir apenas a uma comunicação unidirecional, num único sentido, que parte da escola para a família dando informação e fazendo pedidos. Em vez de se estabelecer só uma ‘**comunicação para**’ sugere-se uma ‘**comunicação com**’, reforçando a importância de vias de comunicação nos dois sentidos e do desenvolvimento de relações positivas (Mata & Pedro, 2021, p.35).

Como Mata e Pedro (2021) sublinham:

Não se pode negar a importância de alguns meios de comunicação unidirecional, normalmente associados a situações mais formais, para transmitir informação. Contudo, ela não permite cumprir um conjunto de outras funções e objetivos, pois não facilita nem a troca nem a partilha de ideias, de necessidades, de valores nem o conhecimento mútuo (p.35).

Estas autoras (Mata & Pedro, 2021, pp. 36-39) consideram ser necessário atender a **6 aspetos para uma comunicação eficaz** com a família. São eles:

- **Direção da comunicação** – comunicação bidirecional, com as famílias e valorizando o seu contributo.
- **Forma da comunicação** – formal/informal; oral/escrita.
- **Meios de comunicação** – maior diversidade possível.
- **Linguagem** – clara e acessível à compreensão.
- **Frequência da comunicação** – diversos canais abertos de regularidade flexível.
- **Tipo de informação** – diversificada, podendo abarcar questões do modelo pedagógico e currículo, da criança e das suas particularidades, das formas de envolvimento e participação das famílias.



- **Função/ Objetivos da comunicação** – variados, dependendo do que se pretende (informar; aproximar; ouvir; conhecer; partilhar; conviver...).

Se os profissionais considerarem tais aspetos e refletirem sobre os mesmos, ao colocá-los em prática, desenvolverão as suas competências de comunicação com a família e possibilitarão a esta uma melhor compreensão do trabalho educativo do centro escolar. Este diálogo escola-família produzirá igualmente uma ação mais concertada no que respeita à promoção do desenvolvimento da criança/jovem e contribuirá para derrubar barreiras psicossociais e culturais.

#### 5.4.2. Formas de comunicação: Oralidade e escrita

A comunicação oral e escrita domina as formas de comunicação geralmente utilizadas entre a escola e a família. Contudo para que a forma e o meio sejam eficazes, é preciso conhecer as características das famílias dos alunos que frequentam as escolas onde trabalhamos. Saber em que língua comunicam em casa, qual o domínio (oral e escrito) da língua usada na escola, de que meios dispõem em casa ou na comunidade (telefone, rádio, televisão, computador) são elementos essenciais para as formas e meios a privilegiar. Independentemente da forma e meio a utilizar, a clareza da mensagem deve estar sempre presente.

Numa adaptação de Knopf e Swick (2008), Mata e Pedro (2021, pp. 44-46), apresentam uma tabela com os meios possíveis de comunicação e as suas especificidades, os quais não se aplicarão em todos os contextos e níveis escolares, mas podem ser adaptados e, por isso, consideramos útil a sua transcrição.

Meios de comunicação	Objetivo(s)	Frequência	Potencialidades	Dificuldades
<b>Atendimentos Individuais</b>	- Partilha de informação sobre a criança. - Conquistas, progressos da criança - Estabelecer e analisar objetivos - Reflexão sobre situações específicas	Baixa	- Comunicação individual - Permite uma análise conjunta - Possibilidades de cooperação - Responde a necessidades individuais das famílias e crianças	- Pode haver dificuldades na compatibilidade de horários - Alguns pais podem-se inibir por este contacto mais individualizado

Meios de comunicação	Objetivo(s)	Frequência	Potencialidades	Dificuldades
<b>Cadernos de comunicação</b>	- Promover a comunicação bidirecional	Elevada	- Comunicação pode ser frequente - Resposta imediata - Famílias e profissionais estão informados	- Não acompanhar a criança - Pais com menores competências de literacia podem sentir-se inibidos - Educador/a manter regularidade na comunicação com todas as famílias - Educador/a promover a participação das famílias
<b>Cartazes/ Placards</b>	- Avisos gerais e universais - Passar informação importante - Mostrar trabalho desenvolvido	Alta	- Comunicação pode ser frequente - Resposta imediata - Famílias e profissionais estão informados	- Manter a informação atualizada - Diversificar a informação - Informação clara associando a escrita com imagens - Ficarem apelativos gerando interesse
<b>Email</b>	- Comunicação escrita imediata - Mensagem pode ser enviada em diferentes línguas (se necessário)	Média Elevada	- Baixo dispêndio de tempo e de recursos - Acessibilidade em diferentes locais	- Todas as famílias têm de ter <i>email</i> e acesso regular às mensagens - Para as que não têm <i>email</i> pode ser sentido como barreira
<b>Panfletos informativos</b>	- Disponibilizar informação temática que pode ser útil para os pais	Baixa Média	- Temas que se considerem pertinentes são apresentados a todos de modo organizado	- Dificuldades na identificação de temas de interesse para as famílias - Tempo gasto na elaboração dos panfletos
<b>Paredes</b>	- Mostrar trabalho desenvolvido - Alertar para conquistas e progressos - Tornar ambiente personalizado - Tornar ambiente amigável	Alta	- Acesso a um número alargado de pessoas - Reflete vivências - Valoriza trabalho desenvolvido - Permite colaboração das crianças	- Diversificar de modo a acompanhar o trabalho e a variedade do que é feito - Ficar apelativo mantendo interesse - Promover a participação de todos

Meios de comunicação	Objetivo(s)	Frequência	Potencialidades	Dificuldades
				- Informação apelativa e de qualidade
<b>Portefólios digitais</b>	- Partilhar informação de um grupo ou criança - Facilitar acesso a fotos e a imagens	Alta	- Comunicação individualizada - Comunicação para grupo de pais - Facilidade de atualização - Facilidade de acesso	- Nem todos os pais terem acesso - Dificuldade em manter atualizado - Necessidade de conhecimentos específicos para gerir estas ferramentas - Cuidados na gestão de informações individuais e do grupo - Cuidado na proteção de dados pessoais
<b>Questionários</b>	- Saber a opinião e perspetiva dos pais face a determinados tópicos e situações	Baixa	- Meio rápido e fácil de implementar - Não invasivo	- Pode não ser respondido - Tempo gasto na sua preparação
<b>Reuniões de pais</b>	- Conhecimento mútuo do espaço e funcionamento - Partilha dos projetos educativo e curricular e do modelo pedagógico - Abordagem de temas específicos	Baixa	- Passar informação geral a todos - Promover o conhecimento entre pais - Facilitar a compreensão da abordagem pedagógica	- Restrições de horários dos pais - Ansiedade em gerir uma reunião com um grupo alargado de pais - Adequar a linguagem a todos - Arranjar uma estrutura dinâmica
<b>SMS</b> (mensagem escrita por telemóvel)	- Comunicação escrita imediata - Mensagem pode ser enviada em diferentes línguas (se necessário) - Resolver situações urgentes	Média	- Baixo dispêndio de tempo e de recursos - Acessibilidade imediata - Permite resposta imediata	- Necessidade de todos os pais terem um dispositivo móvel
<b>Telefone</b>	- Estabelecer e manter contactos - Troca de informação individual - Troca de informação urgente	Média	- Comunicação pessoal - Consumos reduzidos - Consome pouco tempo - Acesso facilitado	- Tendência para ser usado só em situações negativas - Para o grupo implica grande dispêndio de tempo

Meios de comunicação	Objetivo(s)	Frequência	Potencialidades	Dificuldades
			- Linha de contacto aberta	
<b>Website e Facebook</b>	- Partilhar informação geral - Lembrar eventos - Apresentar serviços - Apresentar projeto curricular de grupo	Média	- Acesso a um número alargado - Organização da informação - Disponibilidade constante da informação mais importante	- Nem todos os pais terem acesso - Dificuldade em manter atualizado - Necessidade de conhecimentos específicos para gerir estas ferramentas

Como se verifica pelo quadro anterior são muitas as possibilidades em que o discurso oral e escrito está presente e ao qual se pode associar um discurso pictográfico através de símbolos, figuras, desenhos, fotos, vídeos.

Em muitas situações e em função dos objetivos, poder-se-á igualmente recorrer a técnicas de dinâmica de grupos, linguagens expressivas e criativas, como sejam o movimento, música, dança, teatro, jogos e que são facilitadores da comunicação, compreensão e do desenvolvimento das relações interpessoais.



**Para fazer e pensar em conjunto...**

**Atividade 3 - Formas e meios de comunicação com a família – entre o possível e o desejável...**

1. Individualmente, analisar a tabela transcrita nas páginas anteriores (Mata & Pedro, 2021) e assinalar o meio que acha possível e prefere usar no seu contexto;
2. Em pequeno grupo:
  - Partilhar a escolha e argumentar sobre as vantagens da mesma;
  - Selecionar, por consenso, uma opção que o grupo considera mais importante e pertinente;
  - Fazer um esboço do conteúdo da mensagem e da forma de apresentação;
3. Apresentação e debate em grande grupo.



Para uma sistematização teórica...

### 5.4.3. Processo comunicacional: Explorar, focalizar, planear e rever

Como temos vindo a assinalar neste caminho de aproximação entre a escola e a família, a comunicação é determinante e exige um conjunto de competências que podem ser desenvolvidas através da formação e da prática. Também como referido anteriormente, no capítulo 1 abordámos o assunto mais focado na relação entre docentes e destes com os alunos e algumas das sugestões aí veiculadas podem ser aplicadas igualmente na interação com os pais/encarregados de educação.

Estar disponível para comunicar e atender aos interesses e necessidades do outro a um nível mais profundo e para além do que é dito e ouvido, requer um padrão de escuta ativa. A este propósito e no que se refere “à arte de escutar” nos processos de participação social e organizacional, Moura e Giannella (2017, p. 15) realçam que:

A escuta (ativa, sensível, profunda), quando exercida por quem assume o papel de liderança nas organizações e nos processos de aprendizagem, propicia o engajamento dos colaboradores e aprendizes. Isso porque pode contribuir para a emergência dos seus potenciais, estimulando-os a agirem e expressarem-se com base em suas habilidades e tendo em vista as reais necessidades coletivas e pessoais. O que, por sua vez, facilita a resposta criativa aos desafios encontrados na gestão e nos processos de aprendizagem.

Na escuta ativa podemos utilizar um conjunto de técnicas, como por exemplo, **explorar o conteúdo da comunicação**, procurando clarificá-lo partindo das palavras do outro (e.g., se estou a entender bem, o que está a querer dizer é...) e mostrando que quero compreender, permitindo que o outro corrija a minha interpretação.

Quando o outro se dispersa e divaga por vários assuntos ou parece confuso, pode ser útil **retomar o que estava a dizer antes e colocar questões abertas** (será que me pode falar mais sobre este ou aquele assunto? O que pensa e sente sobre isso?) o que ajuda a pessoa a exprimir-se com mais confiança e a **focalizar a atenção no que é essencial**.

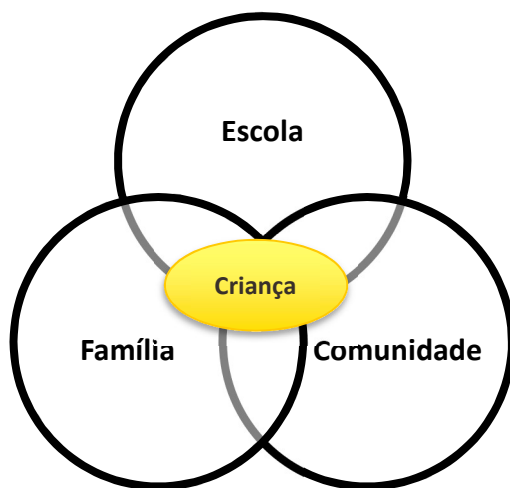
De seguida, convém construir em conjunto com a pessoa uma solução para o problema em análise, **planear diversas alternativas** (o que pode ser feito, como e com que recursos) e por

último, **rever todo o processo comunicacional**, fazendo um resumo do que nos trouxe ali e de como saímos, tomando consciência dos mecanismos internos (ao nível da cognição-emoção) que podemos mobilizar noutras situações.

### 5.5. Participação dos encarregados de educação na Escola

São várias as formas e níveis de participação dos encarregados de educação na Escola e a literatura da especialidade tem dado a conhecer diversos modelos que poderão servir de enquadramento a essa participação e envolvimento.

De entre esses modelos, o mais referenciado é sem dúvida o proposto por Joyce Epstein representado por **3 esferas de influência – Escola-Família-Comunidade – com zonas de interceção e em que a criança-aluno está no centro** (Mata & Pedro, 2021).



Fonte: Elaboração Própria

Estas 3 esferas partilham responsabilidades no que concerne à socialização e educação da criança e sofrem influência de diferentes forças (tempo, idade, experiências, filosofia e práticas das famílias, da escola e da comunidade) (Mata & Pedro, 2021, p.25).

Como vimos já anteriormente a aproximação entre estas esferas, que no fundo, são contextos de vida da criança, promove a aceitação e respeito mútuo. É, todavia, um processo que requer esforço da parte de todos e precisa de tempo para ser construído de forma sólida.

### 5.5.1. Tipos de participação das famílias na Escola

Relativamente aos tipos de participação e envolvimento parental na escola, na sequência do seu modelo e da investigação que realizou, Epstein propõe uma tipologia de 6 níveis ou formas que a escola pode desenvolver com vista a aprofundar a relação com a família. Tais níveis são explanados a seguir com base em Marques (1994, p. 374):

**Tipo 1 – Ajuda da Escola às Famílias** – as escolas proporcionam assistência às famílias para que estas consigam cumprir as obrigações básicas: saúde, vestuário, alimentação, afeto e comportamentos adequados.

**Tipo 2 – Comunicação Escola-Família** – é obrigação básica das escolas comunicar com a família acerca do progresso dos alunos e dos programas educativos, através do telefone, correspondência, boletins e reuniões.

**Tipo 3 – Ajuda da família à escola** – envolvimento da família em atividades de voluntariado na escola, tais como, apoio na realização de festas, comemorações, visitas e atividades letivas.

**Tipo 4 – Envolvimento da família em atividades de aprendizagem em casa** – tais como, apoio na realização dos trabalhos de casa e supervisão do estudo.

**Tipo 5 – Participação na tomada das decisões e na direção da escola** – as famílias podem desempenhar estas tarefas, participando nas Associações de Pais, Conselhos Pedagógicos e nos Conselhos de Escola.

**Tipo 6 – Colaboração e intercâmbio com a comunidade** – partilha de responsabilidades e de recursos entre a escola e as instituições comunitárias que trabalham com as crianças e os jovens.

Como se verifica por esta tipologia de envolvimento das famílias, as primeiras etapas visam garantir aquilo que se considera básico para evoluírem para uma participação mais aprofundada e regulada, que não se limita a meras formalidades informativas e consultivas, mas destaca o papel da família na tomada de decisões na esfera educativa.

A tipologia de participação apresentada no âmbito do projeto Europeu INCLUD-ED (2009, p. 54, citado em CREA, 2020c, p. 7) especifica as diferenças nessas funções e no exercício de influência:

### **Participação Informativa**

- As famílias recebem informação sobre as atividades escolares, o funcionamento da escola e as decisões que foram tomadas.
- As famílias não participam na tomada de decisões na escola.
- As reuniões consistem em informar as famílias sobre as referidas decisões.

### **Participação Consultiva**

- As famílias têm um poder de decisão muito limitado.
- A participação baseia-se na consulta das famílias.
- A participação é veiculada através dos órgãos de gestão da escola.

### **Participação Decisiva**

- Os membros da comunidade e das famílias participam nos processos de tomada de decisões, tendo uma participação representativa nos órgãos de tomada de decisão.
- As famílias e outros membros da comunidade supervisionam a prestação de contas do centro pelos seus resultados educacionais.

### **Participação Avaliativa**

- As famílias e outros membros da comunidade participam no processo de aprendizagem dos estudantes, ajudando a avaliar o seu progresso educativo.
- As famílias e outros membros da comunidade participam na avaliação geral da escola.

### **Participação Educativa**

- As famílias e outros membros da comunidade participam nas atividades de aprendizagem dos estudantes, quer no horário escolar, quer no extraescolar.
- As famílias e outros membros da comunidade participam nos programas educativos, que dão resposta às suas necessidades.

Considera-se que “A participação decisiva, avaliativa e educativa tem um impacto em questões fundamentais da vida escolar e criam impacto importante na aprendizagem e respetivos resultados” (CREA, 2020c, p.10).



### 5.5.2. Órgãos de participação da família na Escola

No capítulo 2 abordámos vários órgãos de gestão e administração escolar nos quais têm assento os educadores e professores, mas também os pais no caso do Conselho Geral ou noutros órgãos a definir no Regulamento Escolar Interno.

Na legislação portuguesa encontra-se a regulamentação para a participação dos pais, em particular no que se refere à sua representação no Conselho de Turma e na Associação de Pais.

#### Conselho de Turma

O Decreto-Lei nº 75/2008 (referido no capítulo 2), no Artigo 44.º, respeitante à *Organização das atividades de turma*, estipula o seguinte:

1 - Em cada escola, a organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades a desenvolver com os alunos e a articulação entre a escola e as famílias é assegurada:

- a) Pelos educadores de infância, na educação pré-escolar;
- b) Pelos professores titulares das turmas, no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) Pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, com a seguinte constituição:
  - i) Os professores da turma;
  - ii) Dois representantes dos pais e encarregados de educação;
  - iii) Um representante dos alunos, no caso do 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.

2 - Para coordenar o trabalho do conselho de turma, o diretor designa um diretor de turma de entre os professores da mesma, sempre que possível pertencente ao quadro do respetivo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

3 - Nas reuniões do conselho de turma em que seja discutida a avaliação individual dos alunos apenas participam os membros docentes.

4 - No desenvolvimento da sua autonomia, o agrupamento de escolas ou escola não agrupada pode ainda designar professores tutores para acompanhamento em particular do processo educativo de um grupo de alunos.

Pode-se verificar que esta representação formal dos pais no Conselho de Turma acontece apenas a partir do 2º ciclo do Ensino Básico, havendo matérias como as da avaliação individual dos alunos, nas quais não estão autorizados a participar.

O papel do educador/professor titular no caso do nível pré-escolar e 1º ciclo e diretor de turma a partir do 2º ciclo é essencial para promover a relação com a família. As competências pessoais e profissionais destes docentes e, muito particularmente, a capacidade de liderança

poderão fazer a diferença nesta ligação entre a Escola e a Família. Todavia, as condições fornecidas pela organização escolar para o exercício destas funções com uma margem de autonomia parece ser indispensável, considerando que se trata de um órgão de gestão intermédia que faz a ponte com outros órgãos (Saloio & Morales-Lozano, 2017).

### **Associação de Pais e Encarregados de Educação**

De acordo com muitos autores, as Associações de Pais (AP) são os organismos que se constituem como espaços privilegiados da intervenção das famílias na escola e que podem contribuir para a aproximação e colaboração Família-Escola.

Conforme Martins e Sarmiento (2013, p.170) sustentam:

Ao proporcionar uma base alargada de participação parental, a AP pode dar um contributo decisivo no sentido de esbater a clivagem sociológica (Silva, 2002: 104; 2003: 212) de que enferma a relação escola-família, com especialíssimo significado e acuidade no caso das famílias que se encontram em descontinuidade e até rutura cultural com a instituição escolar e que dela se sentem e vivem mais afastadas.

Neste sentido, consideramos fundamental que a escola contribua, em primeiro lugar, para a formação da AP e que, em permanência, facilite a sua ação e acolha de forma positiva e construtiva as suas intervenções e contributos. Assim, ao descentralizar-se e aproximar-se dos outros atores, a escola melhorará, seguramente, os padrões de qualidade educativa, tal como lembra Sousa (1998).

Este papel da escola como motor para a criação da Associação de Pais é ainda mais fundamental em contextos vulneráveis e com baixos níveis de literacia. No apoio a este organismo, a escola e os seus profissionais devem estar atentos aos riscos que enunciámos no início e que se prendem com a eventual apropriação da estrutura e mecanismos de intervenção por parte de elementos de uma dada classe social. Daí ser importante motivar para o envolvimento de uma base alargada que seja representativa de todos os estratos socioculturais.

Após a criação da associação é igualmente importante alimentar a sua dinâmica por forma a que tenha visibilidade e sentido de utilidade junto de todas as famílias e da comunidade educativa em geral.

### **5.5.3. Ferramentas para a regulação e articulação dos órgãos de participação da família na Escola**

A regulação dos organismos referidos anteriormente é em geral determinada pelas orientações políticas e legais de cada país e posteriormente plasmadas nos estatutos e regulamentos elaborados e aprovados pelas instituições.

A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (Lei nº 4/2011) considera no seu artigo 45º, as associações de pais e encarregados de educação como parceiros do processo educativo.

Embora existam na Guiné-Bissau, diferentes tipos de escolas que resultaram do envolvimento e participação das populações, como, por exemplo, as “escolas comunitárias” (definição legal pelo Despacho nº 19/2003), nas quais se poderão encontrar pais e encarregados de educação a desempenharem funções de gestão, parece ainda haver uma lacuna legislativa no que concerne à representação da família nos vários órgãos das escolas e relativamente ao estatuto das associações de pais (Furtado, 2005; Lopes, 2014; Morgado, 2019). Em todo o caso, estas iniciativas populares na sociedade Guineense demonstram a vitalidade e o desejo de participação das comunidades, sendo que esta energia pode e deve ser aproveitada pelas escolas públicas e privadas no relacionamento entre a Escola e a Família.

Em Portugal, a Lei nº 29/2006 de 4 de Julho constitui a segunda alteração ao Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de Novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação, da qual transcrevemos alguns artigos:

#### **Artigo 1º - Objeto**

- 1- O presente diploma aprova o regime que disciplina a constituição das associações de pais e encarregados de educação, adiante designadas por associações de pais, e define os direitos e deveres das referidas associações, bem como das suas federações e confederações.
- 2- O presente diploma define ainda os direitos dos pais e encarregados de educação enquanto membros dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e respetivas estruturas de orientação educativa.
- 3- O presente diploma é aplicável aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que detenham contratos de associação com o Estado, à exceção da participação nos seus órgãos de administração e gestão, que é regulamentada pelo seu estatuto.

### **Artigo 2º - Fins**

As associações de pais visam a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário, público, particular ou cooperativo.

### **Artigo 3º - Independência e democraticidade**

1- As associações de pais são independentes do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas e de quaisquer outras instituições ou interesses.

2- Os pais e encarregados de educação têm o direito de constituir livremente associações de pais ou de se integrarem em associações já constituídas, de acordo com os princípios de liberdade de associação.

3- Qualquer associado goza do direito de plena participação na vida associativa, incluindo o direito de eleger e de ser eleito para qualquer cargo dos corpos sociais.

### **Artigo 4º - Autonomia**

As associações de pais gozam de autonomia na elaboração e aprovação dos respetivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus corpos sociais, na gestão e administração do seu património próprio, na elaboração de planos de atividade e na efetiva prossecução dos seus fins.

### **Artigo 5º - Constituição**

1- Os pais e encarregados de educação que se queiram constituir em associação de pais devem aprovar os respetivos estatutos.

2- Depois de aprovados, os estatutos devem ser depositados na Secretaria-Geral do Ministério da Educação, acompanhados de uma lista dos respetivos outorgantes, com identificação completa e morada de cada um, e de certificado de admissibilidade da denominação da associação, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas.

3- O Ministério da Educação remeterá cópia dos documentos referidos no número anterior à Procuradoria-Geral da República para controlo de legalidade, após o que promoverá a respetiva publicação gratuita no Diário da República.

4- As associações de pais podem funcionar, a título provisório, logo que se mostre cumprido o disposto no nº 2.

### **Artigo 9º - Direitos**

1- Constituem direitos das associações de pais ao nível de estabelecimento ou agrupamento:

a) Participar, nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na definição da política educativa da escola ou agrupamento;

- b) Participar, nos termos da lei, na administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino;
- c) Reunir com os órgãos de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino em que esteja inscrita a generalidade dos filhos e educandos dos seus associados, designadamente para acompanhar a participação dos pais nas atividades da escola;
- d) Distribuir a documentação de interesse das associações de pais e afixá-la em locais destinados para o efeito no estabelecimento de educação ou de ensino;
- e) Beneficiar de apoio documental a facultar pelo estabelecimento de educação ou de ensino ou pelos serviços competentes do Ministério da Educação.

2- Constituem direitos das associações de pais ao nível nacional, regional ou local:

- a) Pronunciar-se sobre a definição da política educativa;
- b) Estar representadas nos órgãos consultivos no domínio da educação, ao nível local, bem como em órgãos consultivos ao nível regional ou nacional com atribuições nos domínios da definição e do planeamento do sistema educativo e da sua articulação com outras políticas sociais;
- c) Beneficiar do direito de antena nos serviços públicos de rádio e televisão nos mesmos termos das associações com estatuto de parceiro social;
- d) Solicitar junto dos órgãos da administração central, regional e local as informações que lhes permitam acompanhar a definição e a execução da política de educação;
- e) Beneficiar de apoio do Estado, através da administração central, regional e local, para a prossecução dos seus fins, nomeadamente no exercício da sua atividade no domínio da formação, informação e representação dos pais e encarregados de educação, nos termos a regulamentar;
- f) Participar na elaboração e acompanhamento de planos e programas nacionais, regionais e locais de educação;
- g) Iniciar e intervir em processos judiciais e em procedimentos administrativos quanto a interesses dos seus associados, nos termos da lei.

3- O direito previsto na alínea c) do número anterior é exclusivamente reportado às associações de pais de âmbito nacional.

4- As associações de pais de âmbito regional e local exercem os direitos previstos nas alíneas a) e b) do nº 2 em função da incidência das medidas no âmbito geográfico e do objeto da sua ação.

5- A matéria referida no nº 1 deve ser prevista no regulamento interno do estabelecimento ou agrupamento.

6- As associações de pais, através das respetivas confederações, são sempre consultadas aquando da elaboração de legislação sobre educação e ensino, sendo-lhes fixado um prazo não inferior a oito dias a contar da data em que lhes é facultada a consulta para se pronunciarem sobre o objeto da mesma.

7- As atividades extracurriculares e de tempos livres levadas a cabo com alunos são consideradas, quando incluídas no plano de atividades da escola ou agrupamento de escolas, no âmbito do seguro escolar.

#### **Artigo 9º A - Deveres das associações**

1- As associações de pais e encarregados de educação têm o dever de promover junto dos seus associados a adequada utilização dos serviços e recursos educativos.

2- No caso de receberem apoios por parte do Estado ou de qualquer outra entidade, as associações de pais têm o dever de prestar informação sobre a sua natureza, origem e aplicação através da apresentação de relatório de atividades e contas, em termos a regulamentar, à entidade a indicar pelo Ministério da Educação, até final do mês de Março do ano seguinte ao que se reportam, incumbindo à referida entidade promover a sua publicitação em lugar próprio do sítio do Ministério da Educação na Internet.

#### **Artigo 12º - Reunião com órgãos de administração e gestão**

1- As reuniões entre as associações de pais e os órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino podem ter lugar sempre que qualquer das referidas entidades o julgue necessário.

2- Sempre que a matéria agendada para a reunião o aconselhe, pode a associação de pais solicitar aos órgãos de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino que sejam convocados para as reuniões outros agentes do mesmo estabelecimento.

A transcrição anterior evidencia o papel relevante que as associações de pais podem desempenhar desde o nível macro da definição das políticas educativas até ao nível micro da escola e da sala de aula, contribuindo para a identidade, missão e valores das escolas e influenciando projetos educativos e práticas promotoras do desenvolvimento, aprendizagem e bem-estar das crianças e jovens.

#### **5.5.4. Exemplos de boas práticas da participação dos encarregados de educação na Escola**

Nas últimas décadas têm sido vários os projetos nas escolas portuguesas que visam aproximar a família e a escola e que procuram um envolvimento mais profundo, que vai além do cumprimento de meras formalidades.

O exemplo da Escola da Ponte (Santo Tirso) de que falámos no início deste curso é talvez um dos modelos mais paradigmáticos de como os pais e encarregados de educação podem contribuir com o seu trabalho e energia para uma escola com melhores condições. Ainda nas décadas de 70 e 80 do século XX, a sua mobilização tornou possível a criação de uma cantina

e biblioteca escolares. A formação dos pais foi introduzida desde o início do projeto em 1976 e as reuniões mensais ao sábado foram gerando os alicerces de uma comunidade educativa mais coesa, percorrendo um caminho de construção de uma escola pública com um modelo organizacional alternativo ao instituído no sistema educativo português que é ainda hoje um exemplo de é possível sonhar uma escola diferente da que conhecemos enquanto alunos. Testemunho disso mesmo é o livro do Pedagogo Brasileiro Rubem Alves (2001) intitulado “A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir” e que reúne uma série de textos produzidos na sequência da visita a esta escola.

Mais recentemente, os programas de inovação nas escolas e de promoção do sucesso educativo estimularam as instituições escolares a conceber projetos de ligação Escola-Família. O Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique (Viseu) levou a cabo um projeto designado por “Escola e Família em Formação/Ação – Quando todos aprendem com todos”, criado em 2010 em parceria com instituições do Ensino Superior e através do qual se desenvolveram sessões temáticas todos os meses destinadas a educadores/professores, pais/encarregados de educação e assistentes operacionais (termo atual para auxiliares de educação). Decorrentes deste projeto foram ainda criados subprojetos de envolvimento dos alunos, como “Conta Comigo” (para integração dos colegas mais novos – “apadrinhamento” pelos mais velhos) e “Correntes de Leitura” (para desenvolver hábitos de leitura em contexto familiar). Martins et al. (2016) reportaram resultados muito positivos e com benefícios para todos os envolvidos. Como afirmou David Rodrigues numa das sessões de formação deste projeto “Escola e Família estão destinadas a entender-se” e o primeiro passo tem que ser “sempre” dado pela escola, uma vez que possui as competências para compreender e os meios para atuar.

Porque as escolas não são ilhas, elas devem transformar-se em verdadeiras “comunidades de aprendizagem”. Este conceito resulta do conhecimento científico e multidisciplinar acumulado a nível internacional e da implementação de várias experiências realizadas por todo o mundo. O Centro de Investigação (CREA), da Universidade de Barcelona tem integrado e coordenado vários projetos neste âmbito, como por exemplo o projeto Europeu que envolveu 15 parceiros de 14 países e mais de 100 investigadores. Intitulado INCLUD-ED – *Strategies for Inclusion and Social Cohesion in Europe from Education*, foi realizado durante cinco anos (2006-2011) e caracterizou-se por uma metodologia de envolvimento e participação dos agentes sociais, sujeitos da pesquisa.

O Ministério da Educação de Portugal promoveu a “formação em Comunidades de Aprendizagem”, traduziu os materiais de formação (ver endereços no final do capítulo) e tem apoiado professores e escolas portuguesas que pretendem caminhar neste sentido.

No âmbito da investigação do CREA (2020 a e b), foram identificadas práticas que contribuíram para aumentar o desempenho académico dos alunos e melhorar as relações entre todos, alunos-professores-pais-comunidade. Estas práticas, designadas como **Ações Educativas de Sucesso** consideram-se universais, possíveis de aplicar em qualquer contexto e são as seguintes:

1. **Grupos Interativos** - forma como se organizam os grupos de alunos e se apoia a sua aprendizagem na sala de aula.
2. **Tertúlias Dialógicas** - encontros para dialogar sobre diversos temas pedagógicos, culturais, científicos ou a partir da leitura de textos literários. Pretende-se, numa relação igualitária, criar um significado coletivo e aceder ao conhecimento acumulado pela humanidade.
3. **Formação de Familiares** - formação de pais/encarregados de educação ou outros familiares para que possam apoiar os filhos.
4. **Participação Educativa da Comunidade** - envolvimento das famílias, dos professores e de outras pessoas da comunidade nos espaços formativos e nas tomadas de decisões da escola sobre os aspetos que influenciam a aprendizagem dos alunos.
5. **Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos** - baseado no diálogo como ferramenta para superar as desigualdades. Pretende-se o consenso entre todas as partes envolvidas, sendo que as normas são elaboradas de forma colaborativa por toda a comunidade.
6. **Formação pedagógica dialógica** - um processo de atualização e desenvolvimento profissional cientificamente fundamentado.

O processo de transformação das escolas em **Comunidades de Aprendizagem** é um caminho que se faz em várias etapas: **sensibilização, tomada de decisão, definição do sonho, seleção de prioridades e planificação** (CREA, 2020b). Neste percurso é preciso mobilizar, partilhar objetivos e assumir compromissos, sabendo que o caminho será mais seguro e produtivo quando se faz em companhia.





**Para fazer e pensar em conjunto...**

**Atividade 4 - Dar voz aos encarregados de educação...**

1. Brainstorming em grande grupo para gerar ideias que possibilitem/aumentem a representatividade e participação dos encarregados de educação nos centros escolares da Missão Católica de Bafatá.
2. Organizar as ideias em categorias e distribuí-las por pequenos grupos que vão elaborar uma proposta que possa ser aplicada nos contextos em estudo.

### **5.6. Reflexões finais**

Este capítulo percorreu um conjunto de conteúdos que se consideraram relevantes no âmbito do curso de capacitação e que poderão ajudar os docentes dos Centros Escolares da Missão Católica de Bafatá a refletir sobre a relação com as famílias dos seus alunos, o nível de envolvimento e participação das mesmas com a escola e de que forma pode ser aprofundada. São vários os desafios que se colocam aos educadores/professores neste processo que visa construir relações saudáveis e sustentáveis em benefício de todos, mas muito particularmente das crianças e jovens, alunos de uma dada comunidade, que transportam as aspirações desse território.

Procurou-se deixar pistas para uma abordagem comunitária que promove o empoderamento das famílias e populações através da partilha e aprendizagem conjuntas. Talvez faça aqui sentido trazer o significado e ao mesmo tempo lema da palavra Ubuntu - *“Eu sou porque tu és”*, que nos lembra a nossa interdependência com os outros seres humanos e de como movidos pela força do sonho, podemos imaginar outros futuros possíveis e concretizá-los.

### 5.7. Instrumento de testagem de conhecimentos

Sugere-se a avaliação prévia dos seus conhecimentos na resposta ao questionário que se segue.

#### PRÉ-TESTE

#### [Módulo V - A ação do corpo docente no envolvimento dos encarregados de educação na Escola]

1. Leia com atenção as afirmações no quadro abaixo e escreva um X numa das colunas da direita (Verdadeiro/Falso) de acordo com o que pensa e sabe sobre o assunto:

Afirmações	Verdadeiro	Falso
1. As famílias dos meios populares e pobres podem não saber como colaborar com a escola.		
2. A participação dos pais/encarregados de educação na escola prejudica o trabalho pedagógico dos educadores/professores.		
3. Os pais/encarregados de educação não têm competência para integrar os órgãos de gestão da escola.		
4. Uma boa relação entre a família e a escola tem impacto positivo na aprendizagem dos alunos.		
5. É impossível aproximar da escola as famílias com baixa escolaridade.		
6. Muitos professores nem sempre veem com bons olhos o envolvimento dos pais na escola.		
7. São muitos os meios e formas possíveis de colaboração entre a escola e a família.		
8. Os encarregados de educação/pais conflituosos não devem ser bem-vindos na escola.		
9. As associações de pais podem ter um papel positivo no contexto escolar.		
10. Compete à escola criar condições para a participação das famílias na vida escolar.		
11. A aproximação entre a Escola e a Família facilita as parcerias com a Comunidade envolvente.		
12. Os docentes devem ser capazes de dialogar com todas as famílias.		

Respostas: Verdadeiro: (1; 4; 6; 7; 9; 10; 11; 12); Falso: (2; 3; 5; 8).

## Referências Bibliográficas

- Acosta, A. (s.d.). *O Buen Vivir – uma oportunidade de imaginar outro mundo*. [http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/alberto\\_acosta.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/alberto_acosta.pdf)
- Alves, R. (2001). *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Edições ASA.
- Benavente, A., Costa, A.F., Machado, F.L., & Neves, M.C. (1987). *Do outro lado da escola*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. A 3ª edição de 1992 encontra-se em: [https://www.researchgate.net/publication/275716158 Do Outro Lado da Escola/li nk/554551fa0cf234bdb21d52da/download](https://www.researchgate.net/publication/275716158_Do_Outro_Lado_da_Escola/li nk/554551fa0cf234bdb21d52da/download)
- CREA (2020a). *Introdução e Bases Científicas das Comunidades de Aprendizagem*. Formação em Comunidades de Aprendizagem – módulo 01. [https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied\\_modulo01\\_final.pdf](https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied_modulo01_final.pdf)
- CREA (2020b). *Transformação de uma Escola em Comunidade de Aprendizagem*. Formação em Comunidades de Aprendizagem – módulo 03. [https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied\\_modulo03\\_final.pdf](https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied_modulo03_final.pdf)
- CREA (2020c). *Participação Educativa da Comunidade*. Formação em Comunidades de Aprendizagem – módulo 08. [https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied\\_modulo08\\_final.pdf](https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied_modulo08_final.pdf)
- CREA (2020d). *Modelo Dialógico da Prevenção e Resolução de Conflitos*. Formação em Comunidades de Aprendizagem – módulo 10. [https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied\\_modulo10\\_final.pdf](https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/sites/default/files/2020-09/ied_modulo10_final.pdf)
- Davies, D. (1989). *As escolas e as famílias em Portugal: Realidade e perspectivas*. Editora Livros Horizonte.
- Furtado, A. B. R. (2005). *Administração e Gestão da Educação na Guiné Bissau: Incoerência e Descontinuidade*. [Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional - RIA. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pdf>
- Jara, O. (s.d.). *O trabalho em rede: tecer complexidades e forças*. [http://www.rede-ecg.pt/a/application/files/4714/5978/4923/O\\_trabalho\\_em\\_rede\\_Oscar\\_Jara.pdf](http://www.rede-ecg.pt/a/application/files/4714/5978/4923/O_trabalho_em_rede_Oscar_Jara.pdf)
- Lopes, C. (2007). *Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá. Guiné-Bissau 2004-2006*. [Dissertação de Mestrado. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1005>
- Marques, R. (1994). Colaboração Família-Escola em Escolas Portuguesas: um estudo de caso. *Revista Inovação*, 7, 357-375.
- Marques, R. (2002). *O envolvimento das famílias no processo educativo: Resultados de um estudo em cinco países*. <http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm>
- Marques, R. (s.d.). *Nem tudo o que luz é ouro nas relações escola-família*. [http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/escola\\_familia/nem%20tudo%20o%20que%20uz%20%C3%A9%20ouro%20nas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20escola\\_fam%C3%ADlia.pdf](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/escola_familia/nem%20tudo%20o%20que%20uz%20%C3%A9%20ouro%20nas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20escola_fam%C3%ADlia.pdf)
- Martins, M., & Sarmento, T. (2013). Associações de pais e participação coletiva: oportunidade perdida? *Gestão e Desenvolvimento*, 21, 167-184. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2013.246>

- Martins, M, Sarmiento, T., & Ribeiro, C. (2016). Escola e Família em formação/ação – PEF/A – um projeto para a desconstrução de fronteiras entre a escola e comunidade. *Atas do XIII Congresso SPCE – Fronteiras, Diálogos e Transições na Educação* (pp.1741-1749), realizado em Viseu. [http://www.spce.org.pt/assets/files/XIII\\_SPCE\\_2016\\_atas\\_D.pdf](http://www.spce.org.pt/assets/files/XIII_SPCE_2016_atas_D.pdf)
- Mata, L., & Pedro, I. (2021). *Participação e envolvimento das famílias – construção de parcerias em contextos de educação de infância*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE). <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/participfamilias.pdf>
- Morgado, N. S. (2019). *Direção e gestão de escolas públicas e privadas na Guiné-Bissau: perspectivas e práticas dos diretores*. [Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa – RCIPL. <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/11027>
- Moura, M.S.S, & Giannella, V. (2017). A arte de escutar: nuances de um campo de práticas e de conhecimento. *Revista Terceiro Incluído*, 6 (1), 9-24. <https://doi.org/10.5216/teri.v6i1.40739>
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto Editora.
- Saloio, M. F., & Morales-Lozano, J. A., (2017). Conselho de turma: organização, liderança e autonomia. *Revista Lusófona de Educação*, 35 (35), 101-118. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5917>
- Silva, A. (s.d.). *Contributo sobre o conceito de trabalho colaborativo*. [http://cefopna.edu.pt/revista/revista\\_20/es\\_01\\_20.htm](http://cefopna.edu.pt/revista/revista_20/es_01_20.htm)

### **Legislação Guineense**

Lei n.º 4/2011 do Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos (2011). Lei Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau, de 21 de maio de 2010, publicada no Boletim Oficial n.º 13, de 29 de março de 2011.

### **Legislação Portuguesa**

Decreto-Lei n.º 75/2008 do Ministério da Educação (2008). Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Diário da República n.º 79/2008, Série I de 2008-04-22, páginas 2341 – 2356. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/75-2008-249866>

Lei nº 29/2006 da Assembleia da República (2006). Regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação. Diário da República n.º 127/2006, Série I de 2006-07-04, páginas 4717 – 4721. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/29-2006-538016>

Lei nº 46/86 da Assembleia da República (1986) - Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14, páginas 3067 – 3081, <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>

## Outros recursos

- Academia de Líderes Ubuntu - <https://www.academialideresubuntu.org/pt/>
- CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais - <https://confap.pt/>
- Comunidades de Aprendizagem em Portugal - <https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/>  
- Cadernos de Formação - <https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/pt/formacao-em-comunidades-de-aprendizagem>
- CREA – Community of Research on Excellence for All - <https://crea.ub.edu/index/>
- Maria Martins, Docente no Agrupamento de Escolas Viseu-Sul, Escola Infante D. Henrique - <https://www.youtube.com/watch?v=2q6WTaT7n9Q>
- Oscar Jara – Trabalho em Rede - <https://www.youtube.com/watch?v=8zD5Q6Uqkak>
- Rede Educação para a Cidadania Global - <http://www.rede-ecg.pt/a/>